

DUPLO IMPACTO: O PROJETO CARAJÁS E OS  
"PROJETOS DE APOIO" ÀS COMUNIDADES IN  
DÍGENAS GAVIÃO E SURUI DO PARÁ.

Relatório apresentado pela antropóloga  
Iara Ferraz (Universidade de São Paulo)  
São Paulo - fevereiro de 1984

O presente relatório me foi solicitado pela Companhia Vale do Rio Doce e trata de uma avaliação geral acerca do impacto da implantação do Projeto Ferro-Carajás sobre duas comunidades indígenas do sudeste paraense - os Gaviões e os Suruí - onde "projetos de apoio" vêm sendo executados através da Fundação Nacional do Índio, conforme recomendação do Banco Mundial. Face ao impedimento oriundo da FUNAI para que eu realizasse viagem ao campo, prevista para outubro p.p., a fim de avaliar concretamente o andamento dos referidos "projetos", reitero aqui os aspectos apresentados nos relatórios anteriores, com o objetivo de esclarecer e ressaltar recomendações específicas, que parecem não ter sido devidamente consideradas.

A área dos Gaviões - Posto Indígena Igarapé Mãe Maria - vem sofrendo pressões sistemáticas e diretas oriundas de projetos governamentais que ali se implantaram desde o final da década de 60. A abertura da rodovia PA-70 (atual BR-322) atravessou o território tribal em toda a sua extensão e, em fins dos anos 70, uma linha de transmissão de alta tensão, subsidiária da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, destruiu a antiga aldeia dos Gaviões, suas roças e seus melhores castanhais. A nova aldeia que, forçosamente, tiveram que construir, acabou por se situar a menos de 10 quilômetros da ferrovia de Carajás que, mais uma vez, cortou o sul da área indígena em toda a sua extensão.

A construção da barragem da Usina de Tucuruí, por sua vez, destruiu completamente a área dos Gaviões da "Montanha", como era conhecida aquela localidade, habitat tradi-

cional do grupo, obrigando todos os seus componentes a se transferirem para o Posto Indígena Mãe Maria, no período compreendido entre 1970 e janeiro de 1984.

A preocupação dos Gaviões de Mãe Maria e dos representantes da sociedade civil que os vêm assessorando há cerca de dez anos consiste, atualmente, em buscar "soluções" no sentido de minimizar os efeitos das mudanças que, de modo acelerado e descompassado, se verificam na região. Com a transferência para o Mãe Maria dos últimos componentes do grupo da "Montanha" - ocorrida em janeiro p.p. - a proposta recém-apresentada pelos Gaviões inclui a aquisição de um castanhal contíguo ao seu território, situado além da faixa da ferrovia de Carajás. Essa medida tem por finalidade a reposição de porções significativas do território dos Gaviões que lhes foram violentamente subtraídas com a implantação de obras de infraestrutura e dos projetos governamentais na região. A desfiguração de seus territórios de ocupação tradicional é recente e passível de ser recuperada de acordo com dispositivos legais (o Estatuto do Índio, lei nº 6001, promulgada em 1973).

Com a devida assessoria jurídica,<sup>1</sup> faz-se necessário proceder em breve a uma revisão da indenização paga aos Gaviões em abril de 1982 pela Companhia Vale do Rio Doce, a fim de viabilizar a aquisição, pelos Gaviões, do referido castanhal, com o concurso das demais agências que ali desenvolvem seus projetos (Eletronorte e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem).

---

<sup>1</sup> Os Gaviões contarão com a colaboração dos membros da Comissão Pró-Índio de São Paulo e de representantes da OAB-RJ.

A área do Posto Indígena Mãe Maria passou a ser intensamente invadida por posseiros, grileiros, ladrões de castanha e de madeira, a partir do início das obras de construção da ferrovia de Carajás que atravessou, numa faixa de 100 metros de largura, toda a extensão daquela área indígena (cerca de 17 quilômetros). Cortou grande porção dos castanhais ali localizados, fonte de subsistência dos Gaviões e restringiu, fisicamente, o seu acesso à parte sul da reserva.

O incremento às invasões e aos roubos de castanha vem se verificando devido à não vigilância efetiva do trecho por parte dos que a utilizam, sobretudo os representantes das empresas construtoras e empreiteiras. O leito da ferrovia transformou-se numa "estrada" para os posseiros, que andam a pé. Simples porteiros parecem não ser suficientes para conter e controlar os fluxos migratórios e as invasões na área, reflexos do processo de ocupação desordenada que vem ocorrendo na região, desde o início da implantação de vultosos projetos, de caráter privado ou estatal.

Esta questão das invasões no território dos Gaviões torna-se ainda mais complexa ao se observar que, até o presente momento, não foi encontrada uma solução para o impasse criado pelo Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT), que assentou cerca de 40 famílias de posseiros no interior daquela área indígena, junto ao leito da ferrovia.

A indenização paga aos Gaviões pela Companhia Vale do Rio Doce em abril de 1982, requer uma formalização jurídica adequada através da elaboração de um instrumento público - um "contrato de indenização" entre a Comunidade Indígena Parikatêjê e a Companhia - que estabeleça normas para a utili-

zação da faixa da ferrovia. O recibo firmado entre as partes naquela ocasião não apresenta garantias em relação à utilizaçãõ e à proteção efetiva daquele trecho em território indígena (bem como o controle de acesso de trabalhadores), além de permitir transgressões. Uma terceira "caixa de empréstimo" aberta no interior da área para a retirada de materiais (terra e laterita) exemplifica a questão - o recibo de indenização menciona apenas duas e não estipula medidas para a sua recuperação.

A travessia do leito da ferrovia - que já se encontra cercado com arame - é uma outra questão que deverá ser contida nas normas de utilização da faixa, uma vez que as passagens de nível e de veículos construídas são consideradas inadequadas pelos Gaviões - "servem para bichos e não para gente!" (sic) - que por ali transitam em expedições de caça, coleta ou vigilância do território.

Avaliar corretamente as consequências da passagem da ferrovia de Carajás pelo interior de uma área indígena como a dos Gaviões requer o concurso de diferentes especialistas. No entanto, não parece difícil prever que a destruição da mata, dos castanhais e o afugentamento da caça - principais fontes de subsistência dos Gaviões, ao lado de suas roças - virão a ser progressivos com a trepidação, a poeira do minério e o ruído incessantes que advirão. O tráfego dos trens <sup>na</sup> carregados de minério e as operações nos pátios de manobra construídos no interior da área indígena são ameaças concretas à integridade daquele território tribal com as quais os Gaviões virão a se defrontar num futuro próximo, assim como a intensificação das invasões por posseiros e grileiros.

Com a construção da ferrovia de Carajás, a FUNAI deu início à implantação dos chamados "projetos de apoio" às comunidades indígenas localizadas em área de influência do Projeto Ferro-Carajás. Em relação aos Gaviões, a inadequação desse projeto foi detalhadamente apresentada nos relatórios anteriores,<sup>3</sup> onde se chamou a atenção para a necessidade de seu redimensionamento e gerência dos recursos pelos próprios Gaviões, tal como haviam solicitado, inclusive pessoalmente, aos representantes do Banco Mundial, da Companhia Vale do Rio Doce e da FUNAI, que lá estiveram por diversas vezes.

As lideranças daquela Comunidade haviam apontado e enfatizado como prioritário na aplicação dos recursos destinados através do "projeto de apoio" - concebido por setores técnico-burocráticos da agência tutelar - o término da construção da nova aldeia. No entanto, o que se verificou foi a duplicação de uma infraestrutura administrativa ali existente, com edificações de baixa qualidade e mal dimensionadas, ao lado da contratação de mão-de-obra semi-qualificada para desenvolver atividades específicas, como no setor de educação.

A questão de propiciar "melhorias" de condições de vida às sociedades indígenas - que, na verdade, lhes vêm sendo subtraídas - não deve se traduzir em introdução de tecnologia (com a aquisição de equipamentos que vem se verificando). Dado o desconhecimento das especificidades do grupo e da regi-

<sup>3</sup> FERRAZ, Iara - "Os Índios Gaviões: observações sobre uma situação crítica", CVRD, julho de 1982 (datil.).

- "Situação atual de dois grupos indígenas do sudeste paraense: Gaviões e Suruí", CVRD, maio de 1983 (datil.).

ão, a modernização das técnicas agrícolas - que vem sendo inadequadamente incentivada através dos "projetos de apoio" - acarreta muitas vezes em desorganização interna ao grupo e às suas formas de produção.

(não)

Os Gaviões haviam indicado nominalmente as pessoas que deveriam coordenar as atividades do "projeto de apoio" com a participação direta dos membros da Comunidade em sua elaboração. A Profa. Leopoldina Maria Araújo, lingüista vinculada à Universidade Federal do Pará (que desde 1974 desenvolve trabalho de pesquisa lingüística entre os Gaviões), coordenaria as atividades de educação e o Sr. Saulo Petean (técnico indigenista que trabalhou no P.I. Mãe Maria entre 1975 e 1977) seria responsável pela coordenação geral do "projeto" no P.I. Mãe Maria. Foram recomendações igualmente apresentadas nos relatórios anteriores e que volto a enfatizar aqui.

Especial atenção deve ser dispensada às atividades no setor de educação, uma vez que, sua implementação adequada requer um conhecimento específico das características do grupo. A elaboração de um material didático próprio - bilíngüe - foi solicitada pelo chefe Gavião à Profa. Leopoldina Araújo. Caberia ao "projeto de apoio" realizar esse trabalho, tornando disponíveis os recursos necessários ao seu desenvolvimento, mediante um projeto específico a ser apresentado pela lingüista acima mencionada, abrangendo a formação de monitores (componentes do próprio grupo) e o treinamento das duas professoras primárias (que foram apressadamente contratadas pela FUNAI).

Até agora, a Comunidade Indígena Parkatêjê pouco se beneficiou com o "projeto de apoio" concebido e executado pela FUNAI. De acordo com o convênio firmado entre a CVRD e a agên

cia tutelar, cabem à FUNAI as despesas relativas à manutenção de sua infraestrutura administrativa. O apoio dos projetos diz respeito, segundo o convênio, às comunidades (e aos Postos Indígenas) em área de influência do Projeto Ferro-Carajás - e não à manutenção de Ajudâncias e Delegacias Regionais ou mesmo à contratação de quadros de pessoal, muitas vezes desnecessário, tal como vem ocorrendo. Não cabe à Companhia Vale do Rio Doce, através de recursos que torna disponíveis, substituir a incompetência da atuação tutelar, na execução de projetos que estão sujeitos ao "fracasso", uma vez que concebidos como modelos genéricos, sem o devido conhecimento das particularidades do grupo, sem um acompanhamento adequado e, sobretudo, sem a participação dos índios em seu dimensionamento. Desse modo, só uma reavaliação do conteúdo e do ritmo de implantação dos "projetos de apoio" - o que inclui, forçosamente a sua reelaboração, bem como a revisão do próprio Convênio firmado - poderá trazer um impacto menos violento para a existência das sociedades indígenas que têm os seus territórios tradicionais localizados na região de influência de Carajás.

A situação dos Suruí do Posto Indígena Sororó é paradigmática das pressões que vêm sofrendo, nessa região do sudeste paraense, as populações de pequenos produtores e de posseiros. É necessário considerar particularidades de ocupação dessa área que levaram à "pauperização" dos Suruí, conforme apresentado no último relatório (1983): permaneceram num território exíguo, demarcado com incorreções em 1977.

Apresentei anteriormente (relatório de 1983), em detalhes, a necessidade de revisão da demarcação daquela área, o que parece ter sido o motivo de objeções por parte da agên-



cia tutelar. Cabe observar aqui, no entanto, que outros conhecedores do grupo já haviam chamado a atenção para esta questão, como o Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina (também assessor para a área de saúde das comunidades indígenas abrangidas nos "projetos de apoio"). A importância da reparação das incorreções havidas na demarcação daquela área indígena prende-se exatamente à possibilidade de propiciar de fato condições dignas de existência para aquela sociedade tribal. A ampliação de seu território, que tão enfaticamente os Suruí haviam apontado como prioritária, foi uma questão sequer averiguada, apesar dos insistentes apelos e dos mapas por eles elaborados e encaminhados à cúpula da agência tutelar. Ao contrário, essa recomendação e solicitação provinda de muitas partes serviu ao "apressamento" da homologação, pelo Poder Executivo, de um decreto de demarcação daquela área, em que deixaram de ser abrangidos castanhais e sítios importantes para a memória e reprodução do grupo, como seus cemitérios e antigas aldeias.

Possivelmente devido ao fato de estar localizada numa região em que se avolumam os conflitos pela posse da terra - a região do baixo Araguaia e do médio curso do rio Tocantins - a área dos Suruí não foi objeto de uma revisão cuidadosa antes de sua homologação como posse indígena imemorial.

A inadequação do "projeto de apoio" ao modo de vida Suruí, por sua vez, constitui-se no maior impacto para aquela sociedade, advindo com a implantação do Projeto Ferro-Carajás. A aquisição de equipamentos agrícolas (maquinaria), as construções em alvenaria duplicando a infraestrutura existente no Posto Indígena, as contratações desnecessárias, a ausência de

condições de controle de saúde dos componentes do grupo (via-tura, microscópio, etc.) demonstram a inadequação do projeto, tal como foi detalhadamente apresentado no último relatório. A qualificação da mão-de-obra necessária apenas aos setores de educação e saúde fora apontada como indispensável. As atividades nessas áreas requerem o acompanhamento de profissionais competentes e conhecedores do grupo, o que aponta para a necessidade de se criar alternativas próprias à "integração" do grupo, permanentemente discutidas com seus componentes, a partir de uma concepção particular de "projeto", de modo de vida e de condições concretas de sua existência. "Modelos" de atuação inexistem.

Do mesmo modo como em relação aos Gaviões do P-I. Mãe Maria, os Suruí pouco se beneficiaram até agora com o "projeto de apoio", tal como manifestaram recentemente representantes daquela comunidade, por ocasião de estadia em São Paulo (dezembro de 1983). Os Suruí não se consideram "privilegiados" em relação à atenção e assistência prestadas à maioria da população local. Naquela região, a pobreza rural se revela nas carências vitais - nutrição, saúde e educação - e nos baixos níveis de renda. Os intensos fluxos migratórios refletem-se também na mobilidade ocupacional da população regional. Há menos de dez anos, suas atividades estavam voltadas fundamentalmente para o extrativismo vegetal, a agricultura e a pecuária de subsistência. Foram se tornando polivalentes com a súbita transformação que se processou na região, com a penetração de empresas pecuárias, madeireiras, com a garimpagem de ouro e com os projetos governamentais.

É impossível isolar as populações indígenas desse quadro mais amplo, naquela região do sudeste paraense, bem

como o seu destino não se desvincula da necessidade de alterações profundas em relação a uma perspectiva de atuação de agências governamentais, diretamente ligadas à questão ou não.